

Eleição só depende de acordo na bancada

Brasiliense pode eleger governador e 24 deputados distritais ainda este ano

As eleições de governador e dos 24 deputados distritais de Brasília dependem apenas de um acordo entre os integrantes da bancada do Distrito Federal para definir quando serão realizadas, depois que foram introduzidas na futura Constituição pela Comissão de Sistematização e de serem garantidas no plenário da Constituinte pelos diversos grupos partidários, entre os quais o Centrão, de tendência moderada e que tem maioria na Assembléia.

Os oito deputados federais (4 do PMDB, 3 do PFL e um do PCB) e os três senadores (dois do PMDB e um do PDT) da bancada de Brasília divergem apenas quanto à época das eleições. Uma parte pretende a realização de eleições diretas já em novembro de 1988, o que significará que o governador eleito terá um mandato "tampão" de dois anos, enquanto a outra tenta marcar-las para 1990, de forma a coincidirem com as eleições de governadores estaduais para igual mandato de quatro anos.

Ainda dentro dessas alternativas há divergências: aqueles que pertencem ao Centrão (cinco deputados e um senador, Melra Filho) defende a possibilidade de o mandato "tampão" ser exercido, pela sua característica, ainda por um governador indicado pelo Presidente da República, como manda a atual Constituição. Outros pretendem a coincidência da eleição do governador do Distrito Federal com a do próximo presidente da República. E há os que defendem seis anos de mandato para o primeiro governador direto de Brasília: ele começaria em 1988 e só terminaria seu mandato em 1994.

Em dois aspectos, porém, há unanimidade na bancada do Distrito Federal: eleições diretas de governador e afastamento do governador indireto José Aparecido. Os constituintes brasilienses têm uma certeza, também: terão que lutar dentro do plenário contra a posição dos parlamentares mais fiéis ao Governo Federal, que eram apenas quatro na Comissão de Sistematização e votaram contra a autonomia, e que deverão ser muitos (e ainda desconhecidos) no plenário da Constituinte.

ARGUMENTOS

Os dois principais argumentos dos opositores da autonomia do Distrito Federal (segundo o artigo 39 e os seus cinco parágrafos) a autonomia é "política, legislativa, administrativa e financeira". São: 1) Um governador que não seguisse a orientação do presidente da República e, principalmente, fosse de um partido de oposição ao presidente, poderia trazer sérios problemas ou até mesmo criar impasses na área do Distrito Federal por divergências de atuação; 2) O Distrito Federal não tem independência econômica para sustentar a autonomia.

Foi com base nesses argumentos que os deputados Fernando Gasparian (SP), Cid Carvalho (MA), Roberto Brandt (MG) e Israel Pinheiro Filho (MG), todos do PMDB, tentaram impedir a votação da autonomia de Brasília na Comissão de Sistematização: foram vozes isoladas esmagadas pela argu-

mentação mais forte dos onze constituintes de Brasília, que venceram a votação por 89 votos contra quatro. A bancada de Brasília está esperando manter essa mesma relação de forças quando a matéria for ao plenário da Constituinte.

Independentemente de posições político-ideológicas, os constituintes do Distrito Federal têm praticamente a mesma argumentação para rebater os dois pontos empregados pelos adversários da autonomia de Brasília para tentar manter a eleição indireta para governador e vetar a criação de uma Assembléia Distrital.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL) e o deputado Augusto de Carvalho (PCB) usam praticamente as mesmas palavras para afirmar que do PDS ao PCB, passando pelo empresariado e pelos clubes de serviços e sindicatos, "todos querem eleger diretamente o governador".

VIOLENCIA

O argumento sobre as relações entre o presidente da República e o governador eleito diretamente é contestado quase que com a mesma resposta e exemplo: que dirigentes locais de importantes capitais do mundo, como os prefeitos de Washington, de Roma e de Paris, geralmente pertencem a partidos divergentes dos presidentes do país, e que é histórica a convivência pacífica e produtiva entre a democracia cristã, que dirige a Itália desde o pós-guerra, e os prefeitos comunistas de Roma.

"Esse argumento é uma violência contra o povo de Brasília, como se os seus eleitores fossem eleger um louco para governador, porque somente um louco poderia estimular ou cometer atos contra o presidente da República", argumenta o deputado Sigmaringa Seixas (PMDB). Com ele, concorda o senador Melra Filho (PMDB), do Centrão: "Ninguém se atreve a lutar contra o presidente, porque vai levar desvantagem".

O presidente da seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Amaury Serralvo, acha que toda a argumentação nada mais é do que "uma desculpa tupiniquim, mas no sentido jocoso. Num país democrata não se concedem rivalidade entre os dois governantes, não é preciso pertencer ao mesmo partido para conviver politicamente. O presidente, quando é um estadista, torna isso irrelevante, pois a preocupação maior é com o interesse público", afirmou o presidente local da OAB.

A autonomia financeira depende, segundo os constituintes Pompeu de Souza (PMDB) e Márcia Kubitschek (PMDB) e que é do Centrão, do que for decidido pela futura Constituição em matéria tributária. Os dois, e mais o senador Maurício Corrêa (PDT), defendem a dependência econômica de Brasília mesmo com a sua autonomia política, pois a maior parte do Distrito Federal existe em decorrência da instalação do Governo Federal.